## TRIBUNA TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

**Processo n.:** @LCC 17/00525910

**Assunto:** Registro de Preços para eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de artefatos de cimento e emprego de mão de obra pertinente ao objeto, sendo estes, aquisição de lajotas, meio fio, pavers, confecção de tampas e caixas coletoras (tipo boca de l)

Interessados: Marivaldo Bittencourt Pires Júnior, Carlos Eduardo Pereira de Bona Portão, Caio César

Tokarski

Responsável: Joares Carlos Ponticelli

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Tubarão

Unidade Técnica: DLC Decisão n.: 454/2018

**O TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

- 1. Conhecer da Representação (@REP 17/00563685) vinculada aos presentes autos, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 65 e 66 da Lei Complementar Estadual n. 202/2000 c/c o art. 24 da Instrução Normativa n. TC-0021/2015.
- 2. Determinar, com fundamento no art. 8°, inciso II, da Instrução Normativa n. TC-0021/2015, ao Sr. Joares Carlos Ponticelli, Prefeito Municipal de Tubarão, inscrito no CPF sob o n. 481.036.329-53, que adote providências visando à Anulação do Edital de Pregão Presencial n. 34/2017, com fundamento no art. 49, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, observando o disposto nos §§ 1°, 2° e 3° do referido dispositivo legal, e encaminhe a este Tribunal de Contas cópia do ato de anulação e de sua publicação, no prazo de 30 (trinta) dias, em face das irregularidades elencadas a seguir:
- **2.1.** Parcelamento irregular do objeto, que não se mostra técnica e economicamente viável, em desacordo com o § 1° do art. 23 da Lei Federal n. 8.666/1993;
- **2.2.** Projeto básico incompleto, contrariando o art. 6°, inciso IX c/c art. 7°, § 2°, da Lei Federal n. 8.666/1993;
- **2.3.** Utilização indevida de pregão visando o registro de preços para contratação de obras e serviços de engenharia, em afronta ao art. 1º da Lei Federal n. 10.520/2002 e ao art. 7º, § 2º e 4º da Lei Federal n. 8.666/1993, combinados com os arts. 1º e 3º do Decreto n. 7.892/2013;
- **2.4.** Ausência de critério de aceitabilidade de preços máximos unitários e globais, em afronta ao art. 40 da Lei Federal n. 8.666/1993, combinados com o art. 3°, I da Lei Federal n. 10.520/2002 e com a Súmula 259/2010 do TCU;
- **2.5.** Inconsistência nos quantitativos dos serviços e unidades de medição, em inobservância ao art. 7°, § 4° da Lei federal n. 8.666/1993;
- **2.6.** Indefinição do Prazo de Execução, em afronta aos arts. 6°, IX e 8° da Lei Federal n. 8.666/1993;
- **2.7.** Possível sobrepreço em insumos e serviços constantes no edital, ausência de composições de alguns dos serviços e composições incompletas, em inobservância aos art. 6°, IX, f e ao art. 7°, § 2°, II da Lei Federal n. 8.666/1993;
- **2.8.** Exigência de apresentação de laudo técnico juntamente com a proposta de preços, em afronta ao art. 4°, VII da Lei Federal n. 10.520/2002.
- **3.** Determinar à Prefeitura Municipal de Tubarão para que corrija as falhas identificadas no Edital do Pregão Presencial n. 34/2017, apontadas nos itens 3.1.1 a 3.1.8 da conclusão do Relatório n. DLC-95/2018, quando da publicação de outros processos licitatórios com objetos semelhantes, consoante disposto no item 3.2 da conclusão de tal relatório técnico.
- **4.** Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto, dos Relatórios Técnicos e do Parecer Ministerial à Assessoria Jurídica, ao Controle Interno do Município e à empresa A&C Consultoria, Assessoria e Negócios (Representante).

**Ata n.:** 42/2018

Data da sessão n.: 04/07/2018 - Ordinária

**Especificação do quórum:** Wilson Rogério Wan-Dall, Cesar Filomeno Fontes, José Nei Alberton Ascari e Sabrina Nunes Iocken (art. 86, § 2°, da LC n. 202/2000)

Processo n.: @LCC 17/00525910 Decisão n.: 454/2018 1

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Aderson Flores Auditor(es) presente(s): Cleber Muniz Gavi

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL Presidente (art. 91, parágrafo único, da LC n. 202/2000) CESAR FILOMENO FONTES
Relator

Fui presente: ADERSON FLORES Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Processo n.: @LCC 17/00525910 Decisão n.: 454/2018 2